

Sistematizando experiências pelo olhar do Bem Viver

GT 13 Desenvolvimento Territorial

Hugo Dubeux¹

Ana Dubeux²

Introdução

A humanidade se transforma, e seus sistemas e modos de vida também, isso é histórico. Atualmente, nos encontramos vivendo sob o hegemônico modo capitalista de produção ou, melhor dizendo, nos encontramos sob o modo capitalista de vida. O sistema capitalista não tem influência apenas sobre as diversas formas de produção desenvolvidas em nossa sociedade, mas rege também nossos hábitos de consumo, as informações a que temos acesso, e até mesmo leis que são criadas para administrar uma nação. Desta forma, a lógica deste sistema econômico se alastra pela sociedade e interfere no cotidiano das pessoas.

A chegada dos europeus às américas iniciou nestas terras processo de colonização que até hoje continua. Naqueles tempos (e hoje também...), não somente as metrópoles sugavam das colônias seus bens e natureza, como destruíam as formas nativas de construção e reprodução da vida para impor as suas próprias. Se inicia com isso busca por um único processo hegemônico de estabelecimento da vida a partir da racionalidade nórdica-ocidental de nosso planeta, devastando outras realidades existentes.

Enquanto quase que única fonte de construção de conhecimento fielmente reconhecida como válida em nossa sociedade, a ciência teve e ainda tem importante papel na colonização que é a expansão da lógica de racionalidade dos países dominantes para o resto do planeta. Contudo, esta parece viver um momento de crise paradigmática que aponta para novos métodos e ferramentas que justamente prezem pela construção de um conhecimento que compreenda a produção e reprodução da vida a partir de seu contexto territorial, e não a partir da racionalidade dos países dominantes em nossa sociedade.

¹ Mestrando do programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPE. Email: hugodubeux@gmail.com

² Professora Associada do Departamento de Educação, Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFRPE. Email: anadubeux66@gmail.com

No presente trabalho buscaremos evidenciar o processo colonizador fortalecido pela construção da lógica do desenvolvimento, mas também o apontamento para um paradigma que busque sua superação, o do Bem Viver. Neste sentido, compreendemos a importância de novos métodos e ferramentas na ciência que não busquem transferir conhecimento para os grupos populares em que atue, mas sim fortalecer a autogestão nos territórios a partir de uma construção de conhecimento realizada coletivamente com tais grupos. Propomos aqui, como método de construção de conhecimento que fortaleça a autogestão, a sistematização de experiência, e a debatemos a partir do trabalho realizado em parceria com a Associação de Moradores e Produtores Agroecológicos das Comunidades de Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM).

1. Pela reconstrução da vida a partir dos territórios

O sistema capitalista se centra, de forma geral, na busca pelo lucro, o acúmulo, assim beneficiando poucos e levando à exploração de muitos. Para criar novos espaços de absorção da mais-valia, acaba por explorar os elos mais fracos da cadeia, levando a um forte processo de exclusão social. Também explora os bens naturais existentes de forma desenfreada, buscando sempre consolidar novas formas de acumulação de 'riquezas', o que, neste sistema, é sinônimo apenas de dinheiro e/ou bens materiais. Em decorrência desta lógica, cresce a concentração, podendo esta ser de renda, de poder político, de conhecimento, de tecnologias, de produção, entre outros aspectos. Assim, em nome do suposto desenvolvimento que desencadeia, a resultante é uma sociedade cada vez mais dividida entre proprietários e despossuídos, exploradores e explorados.

O termo desenvolvimento, em um certo consenso entre pesquisadores e cientistas sociais, foi introduzido ao mundo no discurso de posse proferido pelo então presidente dos Estados Unidos Harry Truman, em 1949. Neste, Truman defende que os americanos precisam compartilhar seus avanços científicos e seu progresso industrial com as demais regiões ditas por este 'subdesenvolvidas' do planeta. Estabelece, com tal discurso, a realidade urbano-industrial norte-americana como desenvolvimento e objetivo necessário para os países que não se encontrassem nas mesmas condições. Esta opção encerra uma concepção, onde se busca abafar o

envolvimento das pessoas com sua própria cultura, com seu próprio território, para colonizá-las e expandir o mercado capitalista.

Assim, des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destes com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os. Não deixa de ser uma atualização do princípio romano – *divide et impera* – mais profunda ainda, na medida em que, ao des-envolver, envolve cada um (dos desterritorializados) numa nova configuração societária, a capitalista. (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.81)

Se fortalece com isso uma compreensão de que as demais nações deveriam passar pelas mesmas etapas que os ditos “desenvolvidos” passaram para conseguirem atingir seu ‘desenvolvimento’, exportando e colocando o modelo de sociedade norte-americano e europeu como referência positiva e necessária para toda a humanidade. Furtado (1983), de fato, nos coloca que é após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que os ditos países *subdesenvolvidos* se apropriam do mito do desenvolvimento, buscando atingir modos de vida semelhantes aos dos países considerados *desenvolvidos*, ou seja, os que detêm o poder hegemônico sobre a sociedade.

A constante corrida pelo desenvolvimento auxiliou na proliferação do capitalismo e do modelo industrial, que influencia todas as áreas e temáticas de produção do planeta, passando, frequentemente, por cima das realidades tradicionais dos povos locais, esmagando experiências e saberes seculares por eles construídos. No Brasil, por exemplo, o período de governo de Juscelino Kubitschek, presidente entre 1956 e 1961, ficou conhecido como período ‘desenvolvimentista’, com forte atração industrial e do capital estrangeiro para o país. Com esta expansão do capitalismo pelo planeta se consolidam também suas lógicas individualistas, competitivas, de exploração extrema dos recursos naturais, e de que quase tudo seria válido para se atingir o tão sonhado desenvolvimento.

No entanto, assim como o feudalismo e outros sistemas econômicos tiveram um período determinado, e chegaram ao fim, acreditamos que o mesmo possa vir a acontecer com o sistema capitalista. Porém, não existe um momento específico onde o dia muda e o sistema econômico se modifica, mas sim uma série de processos e acontecimentos que, ao longo do tempo, vão transformando a sociedade e seus modos de existência. Neste sentido, acreditamos na real possibilidade de

transformação do sistema econômico que rege nossa sociedade, destruindo as economias existentes nos modos de vida das populações ainda não tão “contaminadas” por esta lógica. Mais além, sabemos que diversas experiências já acontecem, nos dias atuais, e auxiliam na construção de novos pilares para garantir que estes modos de vida subsistam face ao processo colonialista imposto pelo capitalismo.

Como foi posto anteriormente, o conceito de desenvolvimento vem sendo trabalhado desde a segunda metade do século passado diretamente relacionado ao sistema capitalista, e frequentemente num sentido hegemônico-colonizador-civilizatório. Em nossa percepção, nos dias atuais tornou-se demasiadamente carregado e atrelado aos ideais deste sistema e, portanto, é um conceito com o qual não achamos adequado trabalhar a construção de novos mundos possíveis. Acreditamos que é preciso pensar para além do que parece que se tornou uma espécie de objetivo e receita a ser seguida para que os países ditos ‘subdesenvolvidos’ atingissem o patamar em que hoje se encontram.

Ao contrário de nosso entendimento sobre o conceito de desenvolvimento, enxergamos o conceito do *Bem Viver* em um espectro do conhecimento que compreende que o cotidiano construído nos modos de vida de diferentes povos do planeta têm de ser fluidos e concretizados de acordo com suas próprias realidades em seus territórios. É este um conceito espelhado na cultura de povos andinos e amazônicos, de base de pensamento indígena, e presente inclusive na constituição do Equador. Indo de encontro aos moldes desenvolvimentistas que negam as raízes históricas e culturais dos povos locais, defende, ao contrário, que as formas de construção da sociedade precisam vir das realidades dos territórios. Assim,

Com sua proposta de harmonia com a Natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso [e não apenas de troca], o Bem Viver, enquanto ideia em construção, livre de preconceitos, abre as portas para formular visões alternativas de vida. (ACOSTA, 2016, p. 33)

Com isso, o conceito não se restringe à cultura indígena.

(...) o Bem Viver é uma filosofia em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas. Está entre nós, no Brasil, com o *teko porã* dos guaranis. Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos

mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*. (TURINO, 2016, p. 14)

Assim, concebemos o Bem Viver como novo paradigma importante para a continuidade da reprodução da vida humana em nosso planeta. É preciso que se fuja da busca por um processo hegemônico colonizador, e se construam novos modos de existência que possibilitem a coexistência sadia entre espécies e destas com o meio, sempre respeitando os processos locais de cada povo. Dentro deste paradigma, confiamos na Economia Solidária como sistema econômico que o possibilita e promove. Para tal, corroboramos com seus ideais, já que, em trabalho anterior, defendemos que diferentemente do modo capitalista de vida,

a Economia Solidária possui um projeto político baseado nos valores da solidariedade, da cooperação, da equidade e da autogestão. Mas o mais importante a ressaltar das dinâmicas de economia solidária é que elas permitem o reestabelecimento do vínculo entre o econômico e o social, algo que o capitalismo separou. A economia solidária tem sua centralidade no ser humano e não no lucro, e as atividades por ela desenvolvidas buscam uma maior valorização do trabalhador. (DUBEUX, 2015, p.23)

A Economia Solidária se compreende a partir de um projeto contra hegemônico de sociedade, de economia e de vida que busca um novo arranjo societal promotor de uma maior qualidade de vida no planeta. Entende que todos os seres estão conectados e influem na existência uns dos outros, sendo fundamental a existência desta rede para que a vida se consolide e se propague. Assim, defende estruturas não competitivas e individualistas, como por exemplo a constituição de empreendimentos solidários, cooperativas, associações, organizações, que não sejam formadas de forma verticalmente hierarquizadas, buscando a igualdade e a cooperação entre seus membros. Defende também que os modos de vida e de produção da humanidade devem acontecer de forma equilibrada e harmoniosa com o meio, entendendo que a relação com a natureza deva ser sempre sustentável e de reciprocidade. Busca, para a vida no planeta, a constante construção do Bem Viver, visto como processo, não enquanto objetivo a ser atingido.

Nos ideais da Economia Solidária, e para se construir o ambiente do Bem Viver, entendemos 3 pontos como essenciais para a construção de uma outra sociedade. Como primeiro ponto, defendemos a autogestão nos territórios como fator primordial para que as problemáticas locais sejam tratadas na raiz, e para dar poder e voz a seus habitantes. Se acredita que estes sejam os mais indicados para a gestão

do território por serem eles quem têm a real vivência e, por assim ser, quem têm o real conhecimento sobre as problemáticas e as características do território e do que nele se insere. Ademais, estes se sentirão diretamente envolvidos nas consequências dos atos da gestão territorial, e buscarão, desta forma, realizações mais condizentes com a realidade e que tragam melhorias para sua qualidade de vida, graças ao saber local. Tal lógica vai de encontro ao entendimento desenvolvimentista de aplicar receitas em localidades 'subdesenvolvidas' e estimula a construção de um território empoderado e politicamente ativo, já que, como nos coloca Santos

o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política. (SANTOS, 1999, p.21)

Além da autogestão, como segundo ponto, entendemos a necessidade de estímulo a formas de produção e de comercialização que contribuam para a consolidação da solidariedade e da sustentabilidade no território. No capitalismo, as formas postas atuam fortemente no sentido de valorização ao empreendedor individual, à competição, à exploração do meio, e de extrema concentração de poder e de riqueza nas mãos dos possuidores dos meios de produção, em detrimento dos trabalhadores assalariados. Ao contrário, na Economia Solidária se preza ser preciso que existam uma produção e uma comercialização sem uma hierarquização vertical, com solidariedade entre os povos do território, e externos a estes, e com um pensamento e ações sustentáveis. Se defende também a desconcentração, tanto dos meios de produção e comercialização quanto de seus frutos, para que a qualidade de vida no território se estabeleça de forma igualitária entre seu povo.

Um terceiro ponto primordial da Economia Solidária e para a construção do Bem Viver, em nosso entendimento, é a relação do homem com o meio onde este se estabeleça, com seu território. É preciso pensar e atuar através da sustentabilidade, e não do progresso a todo custo ou desenvolvimentismo. Como foi anteriormente pontuado, existe uma percepção de relações que se estabelecem no ambiente e entre os seres que nele se inserem, e esta conexão é que permite o estabelecimento da vida. É então primordial que se compreenda e se preserve o equilíbrio existente na natureza para que as condições de reprodução da vida se perpetuem e permitam a construção de uma melhor qualidade de vida e coexistência entre seres. Ademais, entende-se também que os atos realizados no presente possuem consequências no

futuro, e que para a preservação do território e de suas territorialidades, para uma existência das futuras gerações que possa se apoiar em suas raízes histórico-culturais, é preciso que se atue de forma sustentável. Desta forma, nas palavras de Acosta, percebemos que

O Bem Viver não se sustenta na ética do progresso material ilimitado, entendido como acumulação permanente de bens, e que nos convoca permanentemente a uma competição entre seres humanos com a conseqüente devastação social e ambiental. O Bem Viver, em resumo, aponta a uma ética da suficiência para toda a comunidade, e não somente para o indivíduo. (ACOSTA, 2016, p.83)

É preciso que se reconsidere o que se entende como progresso. A lógica do consumo desenfreado. Não direcionar apenas o olhar para o crescimento econômico como necessidade para o estabelecimento de uma governança. A vida deve ser o foco, não o crescimento econômico. É preciso que se passe para um novo paradigma de existência.

Aqui já colocamos diversas vezes o conceito de *território*. Isto porque, ao se estudar a questão da Economia Solidária e do Bem Viver, se compreende que a abordagem territorial é fundamental para a consolidação dos ideais defendidos, entendendo que é no território que o cotidiano se estabelece, influenciado pelo seu processo histórico de construção. De acordo com Santos (1988), a configuração territorial é

formada pela constelação de recursos naturais, lagos, rios, planícies, montanhas, florestas e também de recursos criados: estradas de ferro e de rodagem, condutos de toda ordem, barragens, açudes, cidades, o que for. É esse conjunto de todas as coisas arranjadas em sistema que forma a configuração territorial cuja realidade e extensão se confundem com o próprio território de um país. (SANTOS, 1988, p.75)

Acreditamos que o conceito de território não possa ser associado apenas a um país, mas sim precisa ser compreendido em suas diferentes escalas, e buscamos, também, uma abordagem (i)material (SAQUET, 2013), sendo esta uma junção da materialidade (como a configuração acima discutida por Milton Santos) e da imaterialidade. Neste sentido, existe sim o território nacional, como por exemplo o brasileiro, mas dentro deste existe toda uma diversidade de territórios, como por exemplo um território quilombola, ou o território de uma empresa, onde existirá uma configuração territorial composta pelos elementos naturais e criados (abordagem material), mas também pelas relações sociais e as raízes histórico-culturais que ali se estabelecem (abordagem imaterial). Assim, entendemos o território como formado por

elementos (i)materiais e apropriado pelo homem como conteúdo, meio e processo de relações sociais.

Trata-se do recurso material, a terra, mais a cultura, o modo de vida, transformando a terra em território. O território agrega uma espessura, uma densidade, pois traz os conteúdos históricos e existenciais desses grupos, uma vez que é suporte material da cultura, da memória, da ancestralidade e dos saberes acumulados historicamente (CRUZ, 2013, p. 169).

A abordagem territorial se baseia fortemente na compreensão da (i)materialidade encontrada como fruto do processo histórico de construção social do território, estabelecido através das relações sociais (de produção, de comercialização, de poder) e com a natureza exterior ao homem. Se entende que um território se estabelece quando o homem se apropria de uma área e dos recursos naturais que nela existem, se adaptando e adaptando estes, e consolida suas relações dentro do próprio território e com o mundo externo a este, se organizando em redes. Esta área é delimitada, possui fronteiras (não necessariamente legais), e nela acontecem relações de poder para o estabelecimento de seu controle e de sua gestão. Neste sentido, compreendemos que, no processo de pesquisa, uma abordagem territorial possui forte caráter político. É então através das mudanças nos territórios que poderemos consolidar a construção do Bem Viver, já que é neles que a vida acontece e neles que se pode estabelecer uma *sociedade local* que muito tem a ver com uma Economia Solidária, corroborando com as ideias de Magnaghi (2000), colocadas por Saquet (2013), em que este defende que

Há, para Magnaghi (2000), um *modo de produção do território*, determinado pela organização societal, no qual, a identidade historicamente constituída também tem centralidade, como permanências (*sedimentos materiais e cognitivos*) que se manifestam nos lugares. O território é produto histórico e condição de processos sociais, com formas e territorialidades, interações entre a sociedade e a natureza; tem um caráter político muito forte, em direção à constituição da *sociedade local*, articulada, mas com capacidade de autogestão, valorizando a natureza, a ajuda mútua, o pequeno comércio, a autonomia, o trabalho manual do agricultor, os saberes populares, a cooperação, os marginalizados, o patrimônio cultural-identitário, a biodiversidade, as microempresas, enfim, a vida, (...) em detrimento da mercadoria, da degradação, do imediatismo e do individualismo (SAQUET, 2013, p.117)

É olhando para os territórios, então, que devemos buscar experiências concretas que já se estabeleçam e apontem caminhos no sentido da construção do Bem Viver. É olhando para as pessoas, para as boas práticas, que conseguiremos, talvez, a transformação necessária para estabelecer os novos mundos possíveis. Com modos de vida orgânicos e inerentes ao natural, sustentáveis, de práticas solidárias,

cooperativas, que possibilitem a reprodução da vida e a continuidade para as futuras gerações. Modos que valorizem a diversidade, que promovam a igualdade, através do respeito às diferenças, e que consolidem a existência dos diversos povos e seres de nosso planeta. Que não sobreponham a razão sobre a emoção, a ciência sobre o popular, o “forte” sobre o “fraco”. Modos de vida, finalmente, que não demandem esforços sobre-humanos para existir, devastação dos bens naturais, de seres, da vida, mas que, ao contrário, promovam e articulem as energias necessárias para o equilíbrio entre corpo, espírito, e o território em que vivemos.

Campesinato, Construção do conhecimento e Autogestão

Os processos de construção do conhecimento em qualquer sociedade estão relacionados à forma como aquela sociedade pensa o futuro das novas gerações e o que prioriza para sua organização e estrutura em épocas futuras. Historicamente, tais processos estão vinculados às identidades territoriais e às escolhas que a sociedade faz em termos dos modelos de desenvolvimento. Como já explicitado no presente trabalho, o Brasil viveu e vive um processo intenso de colonização, que atinge de maneira devastadora todas as formas de organização social, política, econômica e cultural existentes. Neste processo, acontece o que Sousa Santos (2010) denomina de epistemicídio, onde para além da destruição das riquezas naturais e da dizimação das populações locais, as dinâmicas de construção do conhecimento são também destruídas, provocando o epistemicídio.

No caso brasileiro, as culturas das populações indígena e africana, esta última trazida para o Brasil para viver a escravidão, foram esmagadas pela cultura europeia que impôs seu modo de vida às demais populações. No entanto, o que temos observado é que, apesar do processo de colonização, estes povos desenvolveram diferentes formas de resistência que se manifestam na sociedade brasileira principalmente através do campesinato que ocupa os territórios do norte e nordeste do país.

Os estudos clássicos sobre o campesinato tradicional fazem sempre referência ao profundo enraizamento das comunidades camponesas a um território, visto como o território ancestral, conquistado pelos seus antepassados e depositário do trabalho e do afeto de seus membros. Além disso, a identidade territorial de tais

grupos também encerra conhecimentos profundos e ancestrais construídos a partir da mesma ancestralidade e transmitido por tradição oral.

A lógica que permeia o presente trabalho é de que nestes saberes, ou fragmentos de saberes na maior parte, encontram-se grandes tesouros que poderão, talvez, constituir-se em elementos fundamentais para o enfrentamento da crise paradigmática que vivemos hoje no planeta. Isto porque, muitas das questões que hoje enfrentamos estão relacionadas ao atrelamento das sociedades humanas à lógica urbano-industrial imposta pelo capitalismo e seu desenvolvimentismo sobre o planeta, destruindo a natureza e destruindo modos de vida dessas populações. E como fazer para recuperar tais tesouros?

A ciência clássica se construiu a partir de uma lógica linear, cartesiana que separa o sujeito do objeto, buscando construir saberes a partir de disciplinas e de especialidades. Esta lógica, é oposta à lógica do campesinato que se estabelece a partir da complexidade, da não separação entre sujeito e objeto e da transdisciplinaridade (Morin, 2011). Esta lógica, bem como os saberes que ela produz, são invisíveis à sociedade que, ao contrário, busca cada vez mais exterminá-los a partir do confronto com a lógica clássica de construção do conhecimento.

Assim, percebemos que o processo de colonização se manifesta em vários campos da existência humana no planeta. Souza Silva (2017) alerta para o fato que o processo de colonização gera o conceito de colonialidade (do poder, do saber, do ser, da natureza) e nos convida a sermos insurgentes no sentido de provocarmos a desobediência epistêmica como forma de ativismo político:

Desde uma filosofia insurgente, trazemos um convite ético à prática da desobediência epistêmica como forma de ativismo político: (1) fazemos perguntas que problematizam mitos modernos, como progresso e desenvolvimento, contando sua história subalterna para demonstrar que foram criados para ocultar o capitalismo e a dicotomia superior-inferior que viabiliza sua expansão; (2) compartilhamos o conceito de colonialidade — do poder, do saber, do ser, da natureza— para ampliar nossa compreensão da crise do desenvolvimento e da emergência do Bem Viver, um paradigma alternativo ao paradigma de desenvolvimento, sustentado pela institucionalidade contra hegemônica de movimentos e organizações sociais; e (3) sugerimos perguntas e premissas decoloniais para a construção fecunda de caminhos ao Bem Viver no Semiárido Brasileiro, um processo —intensivo de aprendizagem social e construções coletivas— nutrido por cosmovisões de povos originários e seus saberes ancestrais, que constrói o 'dia depois do desenvolvimento', ou seja, o dia depois do capitalismo. (SOUZA SILVA, 2017, p.1)

Por outro lado, como evidenciar aos sujeitos do campesinato que eles também são construtores de saberes? Como proporcionar a tais sujeitos reflexões aprofundadas acerca de seus saberes para que possam consolidar processos de autonomia e emancipação em relação à sua própria condição de inserção no território? Como dar visibilidade aos saberes por eles construídos que em muito podem contribuir não apenas para o enfrentamento das problemáticas de sua própria realidade, mas também para a reflexão mais global acerca da crise paradigmática em vigor?

Isto significa construir com tais sujeitos uma epistemologia que evidencie seus conhecimentos conectando-os com os demais atores do território, no sentido de fortalecer lutas coletivas para a transformação social. A epistemologia do sul (Santos; Meneses, 2010), para além da divisão geopolítica do conhecimento, refere-se aos aspectos libertadores da educação e da pesquisa engajada. De acordo com Moretti e Adams, trata-se de *“aprender que existe o Sul, a ir para o Sul, a partir e com o Sul, além da metáfora do sofrimento humano”*, aprendizado que

[...] se encontra nas relações sociais que organizam o conhecimento e o validam, especialmente, nas experiências cotidianas. Acompanha, nesse sentido, as alternativas epistemológicas, as alternativas pedagógicas e educativas que, por um lado, denunciam o desperdício da experiência social e que, por outro, “valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos”. (Moretti; Adams, 2017, p.197).

Para tanto, é fundamental o fortalecimento dos grupos campesinos desde uma lógica de autogestão dos processos educativos e de construção do conhecimento bem como de pedagogia da autogestão. Sendo assim, o que pode ajudar-nos a compreender as potencialidades desta verdadeira “escola”, que é o trabalho associado autogestionário, dotada de uma pedagogia própria e levada a cabo por trabalhadores, enquanto “dispositivo” provocador de mudanças, de cariz emancipatório?

Entendemos que as mudanças, contudo, só são possíveis se os sujeitos trabalhadores conseguem mudar a si próprios (o seu pensamento) e as suas práticas quotidianas (ação), nos espaços em que a reflexividade é possível. A reflexividade, neste sentido, refere-se ao que Bourdieu (1997), retrata como autoreflexividade, que estimula o questionamento sistemático e permanente sobre o que é vivido e observado. (Moura Leão, 2013, p. 215)

Nesta perspectiva é que a pedagogia da autogestão aparece como possibilidade concreta de intervenção nas dinâmicas dos grupos populares. Aliada à

educação popular (FREIRE, 1987), a pedagogia da autogestão parece indicar caminhos interessantes a partir: a) da opção pelo território como ponto de partida da imersão na realidade, pois é dele que devem emergir os conteúdos, temáticas e problemáticas a serem trabalhados; b) da reflexão/análise sobre a realidade e a confrontação de saberes para a construção do conhecimento, buscando a dialogicidade proposta por Freire (ibid); c) da alternância (volta à ação), compreendida por tempos presenciais de jornadas pedagógicas e tempos de experimentação formativa junto às comunidades e iniciativas econômico-solidárias e seus territórios.

Como indicam Vilaça e Dubeux (2018), a pedagogia da autogestão baseia-se a) na participação, na formação humanística, na transformação da sociedade e na contextualização do ensino-aprendizagem; b) na superação dos entraves e limites postos pela educação tecnicista e instrumental, que vê a trabalhadora e o trabalhador como seres passivos que absorvem técnicas deslocadas do seu contexto social e cultural; c) na construção e vivência dos processos educativos pelos sujeitos da ação educativa, homens e mulheres, por meio do diálogo plural e da valorização dos conhecimentos de todas e todos em suas singularidades identitárias; d) na construção de estratégias metodológicas que estimulem as vivências do lúdico, da arte, da espiritualidade, do intercâmbio de saberes, do cuidado e da mística, das rodas de diálogo e círculos de cultura; e) na reconstituição das situações vividas, mediadas pelo olhar das e dos 'ensinantes e aprendentes' sobre sua concepção de mundo, favorecendo a elaboração de análises capazes de desconstruir códigos de opressão e exploração; f) no encontro com o outro, capaz de gerar e sugerir reconhecimentos; g) no trabalho avaliativo e autoavaliativo, realizado de forma processual nas atividades pedagógicas vivenciadas; h) na redefinição do papel da educadora e do educador, responsáveis pela mediação e facilitação dos processos de diálogo, estimulando o grupo, motivando-o com perguntas e problematizações e organizando suas dinâmicas.

Em termos metodológicos, a pedagogia da autogestão propõe diferentes ferramentas para evidenciar, refletir e debater os saberes existentes nos grupos populares. Uma delas é a sistematização de experiências, que está na centralidade do trabalho de reflexão acerca da relação entre território, organização coletiva e bem viver promovido junto à Associação de moradores e produtores Agroecológicos das

comunidades de Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM), cuja análise encontra-se no próximo item.

Sistematização de experiências, território e bem viver: uma análise do caso da ASSIM

A sistematização de experiências é uma ferramenta metodológica que surge na América Latina por volta dos anos 60. Segundo Falkenbach (2000), tal ferramenta pode ser compreendida como *“um instrumento e uma ferramenta apropriada e apropriável para a recuperação e reflexão do viver compartilhado; que faz deste viver, objeto de investigação; espaço de discussão e aprendizagem; e produção de conhecimento que se apoia no confronto de argumentos que as experiências do viver sustentam e dialetizam”*. Diferentes autores têm aprofundado o debate acerca da sistematização de experiências³ como elemento essencial aos processos de educação popular que propiciam reflexões entre os trabalhadores, que trabalham de forma associada para buscar processos de transformação social.

Na sistematização de experiências, buscamos, a partir da escolha de um eixo orientador, fazer perguntas à experiência vivida dos grupos populares, no sentido de: a) resgatar processos vivenciados durante o exercício de uma experiência; b) refletir coletivamente sobre a experiência no sentido de buscar sentidos, erros e acertos da mesma; c) inferir resultados dessa reflexão a fim de explicitar novos caminhos para o grupo que está em processo de sistematização da sua própria experiência; d) indicar lições aprendidas; e) Dar visibilidade aos resultados da sistematização no sentido de proporcionar aprendizagens a outros grupos e influenciar processos no território do grupo em questão, a exemplo das políticas públicas.

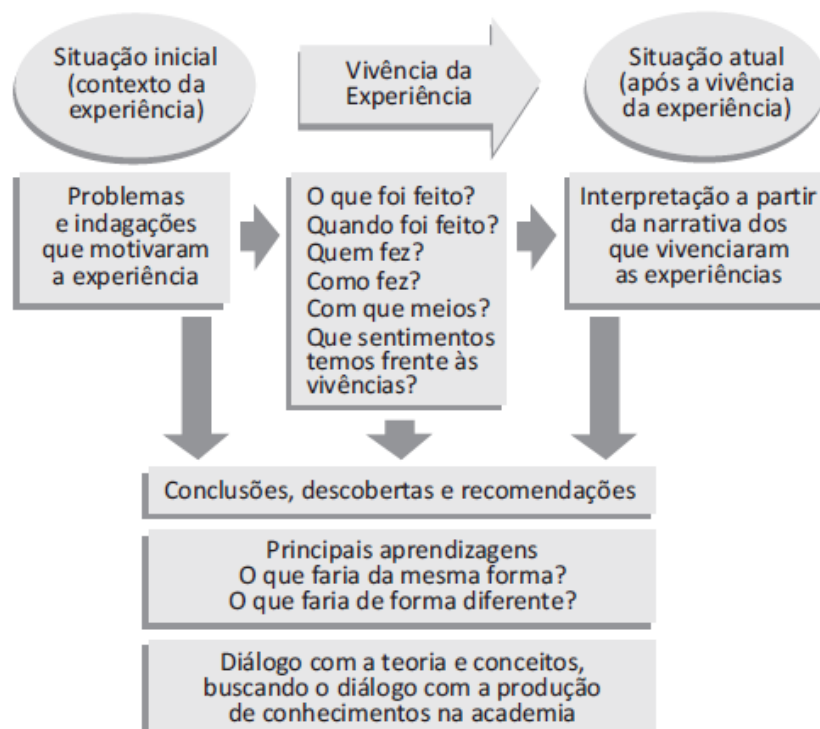
Os processos de sistematização podem ser deflagrados tanto pelo próprio grupo quanto por algum agente externo que provoca o grupo a uma reflexão. No nosso caso, o trabalho junto à ASSIM foi deflagrado a partir da construção de dissertação de mestrado no Programa de pós-graduação em Geografia da UFPE, a partir do qual propusemos uma reflexão coletiva a partir de três palavras chaves: bem viver, território e organização coletiva. Ao fazer esta opção, assumimos enquanto acadêmicos a possibilidade de alteração da hipótese de pesquisa inicial e, a associação, por sua

³ Neste campo, Oscar Jara e Elza Falkenbach têm sido os principais teóricos a orientar nossas reflexões

vez, tem uma certa indução na temática de reflexão a partir das palavras-chave sugeridas. Esta é uma modalidade de sistematização de experiências que está sendo experimentada muito recentemente, mas que tem apresentado bons resultados. Isto porque, estabelece-se uma espécie de compromisso entre acadêmico e grupo, no sentido de acordarem um objeto comum onde a reflexão sobre o mesmo acontece de forma coletiva gerando uma epistemologia construída a partir de interesses comuns. Evidentemente tudo isso tem que ser pactuado de forma explícita e clara com o grupo para que concorde com a proposta. Nossa atitude enquanto pesquisadores neste processo será aquela denominada por Freire (1977) de “educador-problematizador” que re-ad-mira o objeto problemático através da “ad-miração” dos educandos. Neste processo aprendemos todos.

No caso específico do trabalho com a ASSIM, o trabalho foi organizado a partir das orientações presentes no diagrama abaixo construído por Medeiros, Dubeux e Aguiar, 2015, p.43) que analisam um processo de construção de conhecimentos semelhante.

Figura 1 - Um percurso Metodológico para a sistematização de experiências



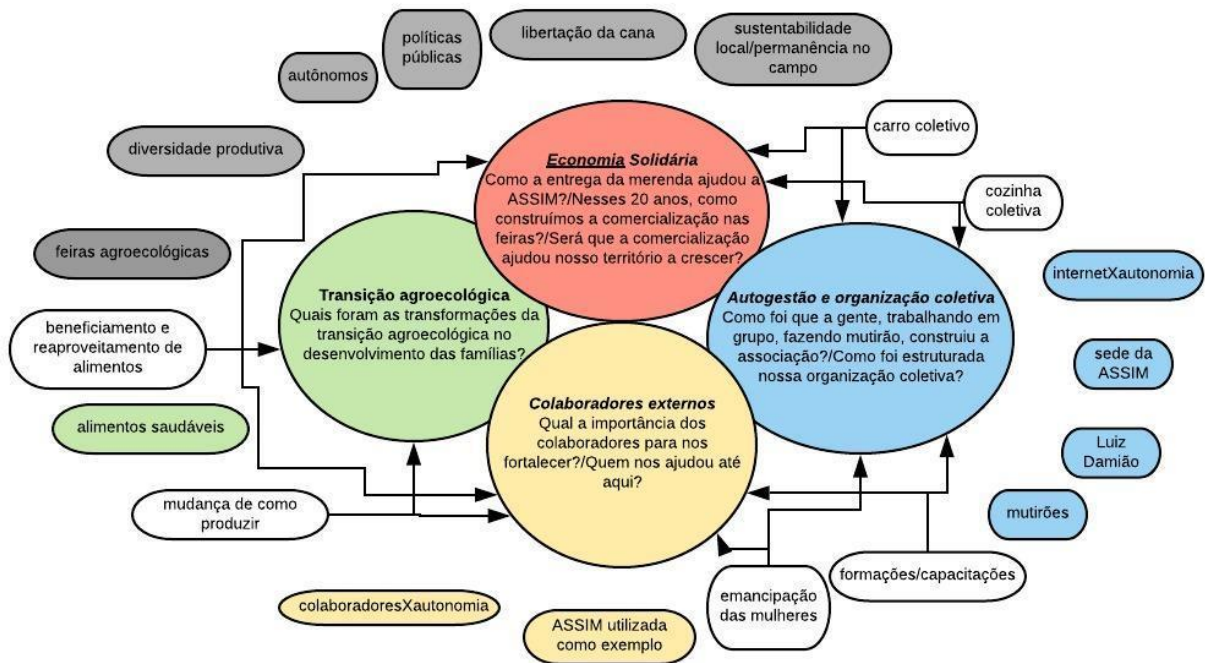
As orientações estratégicas indicadas pelas mesmas autoras (MEDEIROS, DUBEUX e AGUIAR, 2011, p.43), serviram assim para organizar o processo metodológico da sistematização que consistiu nas etapas que se seguem:

- 1) Realização de **ação sensibilizadora para a sistematização** junto aos membros da ASSIM para que todos possam compreender os seus propósitos e objetivos;
- 2) Planejar coletivamente o processo de sistematização incluindo as etapas e ferramentas metodológicas a utilizar;
- 3) Escrever um produto da sistematização fruto da reflexão coletiva.

O eixo escolhido para a reflexão foi: Como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território ? A partir deste eixo, construído no grupo de forma coletiva, buscou-se identificar o que eles entendiam por território, bem viver e organização coletiva. Este entendimento comum acerca dos conceitos, ajudou o grupo a identificar temáticas sobre as quais gostariam de aprofundar para refletir sobre o eixo construído. A partir desta reflexão, foram identificadas temáticas e perguntas orientadoras que, para além de terem sido centrais no desenvolvimento da sistematização, são peças chave para a finalização do produto da mesma.

Figura 2 – Temáticas e perguntas orientadoras do processo de sistematização

Como a nossa caminhada ajudou a fortalecer a organização coletiva para viver bem no território?



Fonte: os autores

Apesar do processo ainda não ter sido finalizado, percebe-se claramente que a ASSIM possui uma forte identidade territorial que está presente no processo de construção do conhecimento da sistematização em questão e na forma como espraia sua ação no território no sentido da construção do bem viver para os seus membros assim como para os demais atores que com ela se relacionam. A sistematização contribui no sentido de que os membros da associação possam refletir de maneira aprofundada sobre esta identidade, realizando um processo autogestionário de construção do conhecimento onde algumas reflexões aparecem, fortalecendo o próprio processo da autogestão na associação.

Por quê criar identidade territorial? Como aprimorar a capacidade de autogestão na associação? Como a identidade territorial contribui para o fortalecimento da ação associativa? Em que medida os parceiros provocam emancipação ou perpetuam a dependência? Estas foram algumas das questões que o grupo foi se fazendo ao longo do processo de sistematização, refletindo em ações para ampliar a reflexão ou transformar as problemáticas identificadas.

A sistematização de experiências tem resultado no processo profundo de reflexão acerca dos 20 anos de existência da ASSIM e de suas problemáticas. Apesar de ser uma associação bastante consolidada em termos dos processos de produção agroecológica e da comercialização; que acessou diversas políticas públicas no sentido de melhorar as condições de trabalho dos associados; e cuja qualidade de vida dos associados melhorou muito, há aspectos da vivência da autogestão que ainda precisam de uma maior organização e que vêm refletindo no cotidiano do trabalho da associação.

Conclusão

O trabalho de sistematização de experiências permite desvelar conhecimentos que nem sempre vêm à tona quando de um trabalho de pesquisa realizado com uma metodologia clássica. A reflexão individual dos diferentes membros da associação, bem como coletiva nos encontros realizados, demonstram uma grande maturidade e profundidade do conhecimento sobre o território da ASSIM e suas diferentes problemáticas. Do ponto de vista do território, o que percebe-se é a identidade como centralidade no processo de construção do espaço geográfico onde se encontra o território da ASSIM. Uma pequena ilha cercada por um “mar de cana”, que é território de resistência, não apenas pelas lutas coletivas que desenvolvem, mas sobretudo, pela capacidade de construir conhecimento coletivo que vem sendo passado de geração em geração. (Dubeux et al., 2012)

Na luta cotidiana da transição agroecológica e econômico solidária, as novas gerações criam pouco a pouco uma nova cultura que se sobrepõe à cultura da submissão à lógica da cana de açúcar, atrelada ao processo de colonialismo que destruiu no passado a epistemologia campesina presente nas construções humanas das primeiras gerações que lá chegaram. Ao mesmo tempo, a episteme que está nascendo está grávida de um novo modo de vida, onde se reconstrói pouco a pouco a relação com a natureza, organizam-se processos coletivos de beneficiamento e comercialização, mas, sobretudo, investe-se na organização coletiva.

O processo desvela ainda que há aspectos da autogestão que precisam ser trabalhados, tanto no sentido de melhorar o processo organizativo da ASSIM, quanto no de garantir a sustentabilidade de sua continuidade. Há ausência de grupos de trabalho por temáticas de interesse, por exemplo, e não conseguem estabelecer um

processo contínuo de captação de recursos que possa garantir, por exemplo, a presença da juventude no território da associação.

Este é de fato um problema grave: a sucessão rural. Em 2005 a ASSIM fez a opção por uma estratégia de priorizar o investimento em jovens e mulheres. O resultado deste investimento permitiu que as mulheres possam cada vez mais serem autônomas e emancipadas. Por outro lado, ao estimular os jovens nessa estratégia, muitos deles acabaram saindo da comunidade para realização de curso superior e até o presente momento não retornaram (muitos afirmam que não voltarão).

Porém, para finalizar, é essencial destacar que a ASSIM tem sido cada vez mais protagonista de sua própria história, no sentido do fortalecimento de sua própria identidade. Uma das questões que aparece na reflexão da sistematização, por exemplo, foi o questionamento: será que não somos quilombolas? Tal questão, talvez esteja vinculada ao processo de desvelamento do saber do grupo a partir do processo de sistematização. A construção coletiva que o processo de sistematização permite, contribui para que, cada vez mais, aconteça o desvelamento de questões que fortalecem o grupo no sentido de sua emancipação e autonomia, transformando a sociedade.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. Tradução de Tadeu Breda.

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais?. In: ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: Ippur/ufrrj, 2013. p. 119-176.

DUBEUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; VILAÇA, Mônica e SANTOS, Shirley. Recife, F&A Gráfica e Editora Ltda., 2012, 288 p.

DUBEUX, Hugo. **A importância da proximidade na produção científica em Economia Solidária**: relação entre a presença de ITCPs e a publicação de teses e dissertações no

Nordeste. 89 f. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Ciências Geográficas, Ufpe, Recife, 2015.

MEDEIROS, Alzira, DUBEUX, Ana e AGUIAR, Virgínia – Agroecologia na convivência com o semiárido: sistematização de experiências vividas, sentidas e aprendidas. Ed. Dos organizadores, 2015

FALKENBACH, Elsa. Juntando Cacos, formando vitrais. In: FUMAGALLI, Dirceu; SANTOS, João Marcelo Pereira dos; BASUALDO, Maria Esther (Orgs). O que é sistematização: uma pergunta e diversas respostas. São Paulo: CUT, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. Ed. São Paulo, 1983.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JARA HOLLIDAY, O. Para sistematizar experiências. Tradução de Maria Viviane V. Resende. 2ª ed. Brasília: MMA, 2006.

MENDRAS, Henri. **Sociétés paysannes**. Paris, A.Colin, 1976. 236 p.

Moretti, Cheron Zanini, Adams, Telmo, (2017), Mediações Pedagógicas e (Des)Colonialidade: a contribuição de Fanon, Fals Borda e Freire, in, Adams, Telmo, Streck, Danilo Romeu, Moretti, Cheron Zanini, PESQUISAEDUCAÇÃO: Mediações para a transformação social, Curitiba: Editora Appris.

Morin, Edgard, (2011), Introdução ao pensamento complexo, Tradução Eliane Lisboa, 4ª Ed., Porto Alegre: Sulina.

Moura Leão, Carolina Valéria de - Educação Popular: Ausências e Emergências dos Novos Conhecimentos e Sujeitos Políticos da Economia Solidária. Tese de doutorado, Universidade de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Dezembro, 2013

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. O Território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p.15-26, ago./dez. 1999. Semestral.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

Souza Silva, José de. Construindo caminhos decoloniais para o Bem Viver. Alternativas de ou alternativas ao desenvolvimento? Intervenção na Mesa Redonda **Aprendizagem Coletiva e Construção Social do Saber Local** – Caminho do Bem Viver, no VII Workshop Nacional de Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido, realizado em Juazeiro-BA, de 30 de Agosto a 01 de Setembro de 2017.

Vilaça, Mônica e Dubeux, Ana (2018) – A pedagogia da autogestão na experiência do CFES-NE. In: Medeiros, Alzira et al. - Economia Solidária, Educação Popular e Pedagogia da Autogestão: reaprendendo a aprender pelas veredas da descolonização do saber no Nordeste, Olinda: MXM Gráf. e Ed.